



AUT N°074/2021

Autorização Ambiental Terraplanagem – Processo 2021/1741

A Superintendência de Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos art.23,VI art.30 e art.225, §1º da Constituição Federal de 1988 Lei Complementar nº140, de 8 de Dezembro de 2011, DOU DE 09-12-2011 em seu art.9 art.10 da lei Federal nº6938 de 1981, pelo art.6º de Resolução CONAMA nº237 de 1997, pela Resolução CONSEMA nº 10, de 17 de dezembro de 2010 e pelo inciso I do artigo 33º do Código Ambiental Municipal Lei nº 3.397/2011, Convênio com a FATMA/Termo de Delegação de Atribuições: 049/2013, bem como Resolução CONSEMA nº 005 de 03 de agosto de 2012, Resolução CONSEMA 099/2017, concede a presente autorização à atividade abaixo descrita:

EMPREENDEDOR:

Nome: Rogério Antônio Beiler

CPF / CNPJ: 167.961.109-78

Endereço: Estrada Geral da Garuba, s/nº – Gaspar Grande – Gaspar/SC.

PARA ATIVIDADE DE:

Descrição da atividade: Terraplanagem / Aterro / Corte / Drenagem/ Ponte em madeira.

Justificativa da obra: Edificação futura.

Área Total de Terraplanagem: 2.771,04 m²

Volume total de Aterro: 1.103,12 m³

Volume total de Corte: 1.985,78 m³

Área de intervenção em APP: 460,20 m²

Drenagem: 2.771,04 m²

Coordenadas Geográficas: 26°56'33.93"S 49°0'12.11"W

Área de APP – Deverá ser demarcada e respeitada, intervindo apenas na área autorizada nesta licença

Nome do empreendimento:

Endereço: Estrada Geral da Garuba, s/nº – Gaspar Grande – Gaspar/SC.

Prefeitura Municipal de Gaspar

RECEBIDO

CONDIÇÕES GERAIS:

1. ESTA LICENÇA NÃO AUTORIZA O CORTE E/OU SUPRESSÃO DA VEGETAÇÃO, A COMERCIALIZAÇÃO DO MATERIAL REMOVIDO, O ATERRO COM RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E SOBRE HIPÓTESE ALGUMA PODERÁ SER ATERRADO A VEGETAÇÃO ARBÓREA NATIVA.
2. Nas áreas onde o material vier a ser comercializado, o requerente deverá providenciar licenciamento da área junto ao DNPM (CFEM).
3. Em terrenos próximos às rodovias, o proprietário deverá consultar previamente o DNIT, DEINFRA e a Polícia Rodoviária Estadual ou Federal sobre a viabilidade.
4. Todo material movimentado deverá permanecer dentro do imóvel, caso seja transportado para outro local este deverá possuir licença do órgão ambiental competente para recebê-lo.
5. Não formar taludes sem a devida contenção; bem como promover o plantio de vegetação adequada no prazo Máximo de 30(trinta) dias após a conclusão dos serviços, conforme Termo de Compromisso de Cobertura Vegetal.
6. Imediatamente após a conclusão dos serviços de terraplanagem o requerente deverá executar sistema de drenagem das águas pluviais.
7. Manter a via pública limpa e em perfeitas condições de tráfego diariamente.
8. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados a terceiros de acordo com a NBR 6122 e NBR 9061 da ABNT e Código Civil, observando rumos e visando a integridade de imóveis e adjacentes.
9. Manter esta Licença no local da obra durante a sua execução dos serviços de terraplanagem.
10. Esta Licença NÃO autoriza qualquer construção, limitando-se exclusivamente à terraplanagem.
11. É obrigatório no local licenciado estar identificado com placa contendo número da Autorização Ambiental e validade, expedida pela Superintendência de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.
12. Esta Licença fica sujeita ao cancelamento pelo descumprimento de qualquer uma de suas condições.

Esta Autorização Ambiental é válida pelo período de 365 (trezentos e sessenta e cinco dias) dias a contar da presente data de emissão, observada as condições deste documento, (verso e averso) bem como seus anexos que embora não transcritos, são parte integrante do mesmo.



Local e Data: *Gaspar, 28 de Junho de 2021.*

Autoridade Ambiental

Documentos anexos ao processo:

- *Protocolo nº 1741/2021 - Requerimento padrão;*
- *Certidão de Inteiro Teor nº 18.856;*
- *Certidão de Uso de Solo nº 1604/2021;*
- *Memorial descritivo; Cronograma físico de obras;*
- *Plantas Levantamento Planialtimétrico / Terraplenagem / Drenagem/ Ponte / Seções e Perfis;*
- *ART nº 7815446-0 Resp. Técnico Eng. Civil Daniel Borges CREA SC nº 140353-5;*
- *AUA PRAD nº015/2021;*
- *Parecer: 153/2021 e 270/2021;*

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS:

1. A Execução da terraplenagem deverá estar dentro da área dessa autorização e dentro dos perímetros apresentados nas plantas;
2. Não é autorizada a intervenção em propriedades de terceiros sem a devida autorização dos mesmos;
3. Com as restrições contidas no processo de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor;
4. É obrigatória a identificação no local da obra com placa contendo o número da Licença Municipal bem como o nome e registro do profissional responsável;
5. Observar a legislação de acordo com o Plano Diretor Vigente;
6. Manutenção e limpeza da via.
7. APP deverá ser demarcada e respeitada. Intervir apenas na área autorizada nesta licença;
8. É necessário o controle de resíduos e poeiras eventuais que possam surgir com a obra devendo a via pública ser lavada, molhada ou utilizar outro recurso para o controle das mesmas;
9. Todo material excedente deverá ser encaminhado para local devidamente licenciado;
10. Implantar cobertura vegetal adequada nos taludes assim que os mesmos estiverem concluídos;
11. O material a ser depositado deverá ser extraído de um local devidamente licenciado;
12. Fica proibido aterro com resíduos de construção civil, rejeitos orgânicos bem como qualquer tipo de resíduo que possa contaminar o solo;
13. Deverá executar a drenagem ao longo da obra, impedindo assim que a água ou o solo oriundo do lote licenciado atinja terreno de terceiros ou a via pública;
14. Respeitar valas de drenagem, faixas sanitárias, as quais necessitam de autorização para intervenção;
15. Havendo qualquer intervenção em vegetação, necessário retirar autorização para o corte da mesma;
16. O responsável técnico deverá fazer o acompanhamento diário das movimentações de solo, bem como realizar diariamente análise e estudos do solo, eliminando assim quaisquer riscos de deslizamentos/ erosões bem como qualquer tipo de movimentação de solo oriundo da carga de aterro/ corte aplicada;
17. Esta licença não autoriza qualquer construção, devendo o proprietário buscar autorização do setor responsável pela emissão da mesma;
18. Esta licença não dá posse do terreno ao requerente;
19. Considera-se que o responsável técnico tenha feito todos os ensaios e estudos de solo e os projetos apresentados solucionam os problemas da encosta e não irá causar erosões;
20. Considera-se que o responsável técnico do projeto de terraplenagem tenha realizado o levantamento topográfico e a planta apresentada, bem como o projeto de terraplenagem está dentro dos limites do requerente;
21. O responsável técnico é responsável pela drenagem do aterro, estando expressamente proibido causar danos a propriedades de terceiros por falta de drenagem ou pela carga a aplicar;
22. Caso haja intervenção no terreno de terceiros deverá possuir autorização;
23. O responsável técnico da obra deverá prever como será destinada a água provida da drenagem do terreno, sendo o mesmo responsável também por toda a drenagem da obra;
24. A ponte de madeira deverá ser executada conforme os projetos e detalhamento apresentado;

ESTA LICENÇA NÃO AUTORIZA CORTE DE VEGETAÇÃO

Pre. Prefeitura Municipal de Gaspar
Deputado Daniel Galves
Diretoria de Meio Ambiente
Inscrição nº 935

Diretor de Meio Ambiente